



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

Aos 04 dias do mês de março de 2020, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00 I Parte

Audição do STAD - Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Atividades Diversas na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE.

11:00 II Parte

- 1. Apreciação e votação da ata n.º 16, de 26 de fevereiro;**
- 2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;**
- 3. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 94/XIV/1.ª (PEV) - «Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente de doença ou acidente de trabalho», o Projeto de Lei n.º 188/XIV/1.ª (PAN) - «Altera o Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, reforçando os direitos dos trabalhadores em funções públicas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional», o Projeto de Lei n.º 197/XIV/1.ª (BE) - «Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais» e o Projeto de Lei n.º 200/XIV/1.ª (PCP) - «Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador»; Deputado autor do parecer: João Pinho de Almeida (CDS-PP);**



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

4. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição, com caráter de urgência, de representantes da Yilport, do SEAL - Sindicato dos Estivadores e da Actividade Logística e do Governo, relativamente à ameaça de insolvência da Associação-Empresa de Trabalho Portuário de Lisboa;**

5. **Outros assuntos.**

10:00 I Parte

Audição do STAD - Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Atividades Diversas na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE.

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque, cumprimentou e deu as boas-vindas ao Senhor Vice-Coordenador do STAD – Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Atividades Diversas, Dr. Rui Tomé, e aos demais representantes do Sindicato ali presentes, o Dr. Carlos Sequeira e o Dr. Paulo Costa, enquadrando a sua vinda à Comissão no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do BE sobre o setor da segurança privada. De seguida, descreveu a metodologia adotada para aquela audição e deu a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) para a apresentação do referido requerimento, à qual se seguiu a intervenção inicial do Senhor Vice-Coordenador do STAD, Dr. Rui Tomé.

Na ronda única de intervenções usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas: Fernando José (PS), Olga Silvestre (PSD), José Moura Soeiro (BE) e Diana Ferreira (PCP), tendo o Senhor Vice-Coordenador do STAD, Dr. Rui Tomé, respondido no final e de forma sucessiva às questões colocadas.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#) e [áudio](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

11:00 II Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 16, de 26 de fevereiro;

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PAN.

2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;

O **Projeto de Lei n.º 218/XIV/1.ª (BE)** foi distribuído à Senhora Deputada Cristina Moreira (PS).

O **Projeto de Lei n.º 197/XIV/1.ª (BE)**, que havia sido redistribuído à CTSS em 2 de março de 2020, foi distribuído ao Senhor Deputado João Pinho de Almeida, o qual já fora incumbido de relatar os Projetos de Lei n.º 94/XIV/1.ª (PEV), 188/XIV/1.ª (PAN) e 200/XIV/1.ª (PCP) sobre a mesma matéria.

3. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 94/XIV/1.ª (PEV) - «Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente de doença ou acidente de trabalho», o Projeto de Lei n.º 188/XIV/1.ª (PAN) - «Altera o Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, reforçando os direitos dos trabalhadores em funções públicas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional», o Projeto de Lei n.º 197/XIV/1.ª (BE) - «Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais» e o Projeto de Lei n.º 200/XIV/1.ª (PCP) - «Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

capacidade geral de ganho do trabalhador»; Deputado autor do parecer: João Pinho de Almeida (CDS-PP);

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida apresentou o parecer conjunto sobre o Projetos de Lei n.º 94/XIV/1.ª (PEV), 188/XIV/1.ª (PAN), 197/XIV/1.ª (BE) e 200/XIV/1.ª (PCP), o qual, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PAN.

A propósito deste assunto, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) mencionou que não foi cumprido o requisito legal de apreciação pública, nos termos do artigo 469.º do Código do Trabalho, no que se refere aos quatro projetos de lei em análise. Referiu ainda que duas das quatro iniciativas legislativas têm uma vertente eminentemente pública e que deveriam tramitar na Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local (CAPMADPL).

No que tange a questão de competência da CAPMADPL, o Senhor Presidente referiu que as matérias em causa se inserem no âmbito das competências da CTSS, estando contempladas no artigo 2.º, n.º 2, alínea d) do seu Regulamento e indicou ainda que a Caixa Geral de Aposentações está sobre a superintendência da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Tomaram da palavra os Senhores Deputados José Moura Soeiro (BE), Diana Ferreira (PCP) e Pedro Rodrigues (PSD) manifestando a sua concordância no que se refere à obrigatoriedade de submissão das mencionadas iniciativas legislativas à apreciação pública e referindo que perante a matéria em causa admitiam a competência tanto da CTSS como da CAPMADPL. A Senhora Deputada Marina Gonçalves (PS) manifestou também a sua opinião de que as iniciativas legislativas deverão ser submetidas a apreciação pública e afirmou que deveriam ser acompanhadas pela CAPMADPL sugerindo que, após a votação na generalidade, as mesmas sejam remetidas àquela Comissão.

O Senhor Presidente usou então da palavra para informar que, nos termos do artigo 146.º do Regimento da Assembleia da República, as iniciativas legislativas em



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

questão poderão ser redistribuídas à CAPMADPL com a necessária anuência dos GP autores das referidas iniciativas, apontando que os Grupos Parlamentares do PCP e do BE já haviam manifestado a sua concordância, permanecendo por apurar a concordância dos Grupos Parlamentares do PEV e do PAN. O Senhor Presidente solicitou então a colaboração dos serviços neste sentido, e indicou que caso se verifique a concordância de todos, os quatro projetos de lei seriam redistribuídos à CAPMADPL.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE para audição, com carácter de urgência, de representantes da Yilport, do SEAL - Sindicato dos Estivadores e da Actividade Logística e do Governo, relativamente à ameaça de insolvência da Associação-Empresa de Trabalho Portuário de Lisboa;

Neste ponto da ordem do dia pediu a palavra o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), que referiu que o requerimento em análise foi apresentado na Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação (CEIOPH) e que seria útil a realização das audições em conjunto com aquela Comissão, tendo ainda informado que havia sido deliberado na CEIOPH, por sugestão do GP do PCP, a audição conjunta da Administração do Porto de Lisboa. Referiu a este propósito que a CEIOPH utiliza uma grelha de tempos diferente da grelha utilizada pela CTSS, na medida em que não contempla 5 minutos de apresentação inicial do requerimento, porém o GP BE não se oporia a que se utilizasse a grelha de tempos da CEIOPH. O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) reiterou ainda a necessidade de agendamento das audições em epígrafe com carácter de urgência, tendo presente a greve de estivadores decretada no porto de Lisboa.

De seguida tomaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Rodrigues (PSD) e Diana Ferreira (PCP), afirmando que não se opõem à metodologia sugerida pelo GP (BE). A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) referiu ainda que esta situação reforça a necessidade de existir uma uniformização das grelhas de tempos a utilizar pelas várias Comissões.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente anunciou então que iria contactar o Senhor Presidente da CEIOPH, Deputado António Topa, no sentido de facilitar o agendamento das audições com carácter de urgência.

5. Outros assuntos.

O Senhor Presidente informou que baixaram à CTSS na especialidade os Projetos de Resolução n.º 191/XIV/1.ª (BE) «Recomenda ao Governo a imposição de normas anti abuso nos concursos públicos promovidos para contratação de empresas de segurança, limpeza e outros serviços, garantindo o cumprimento da legislação laboral e do regime jurídico da transmissão de estabelecimento» e n.º 252/XIV/1.ª (PCP) «Recomenda ao Governo a imposição de normas anti abuso nos concursos públicos promovidos para contratação de empresas de segurança, limpeza e outros serviços, garantindo o cumprimento da legislação laboral e do regime jurídico da transmissão de estabelecimento» e questionou os Senhores Deputados se a discussão e votação dos mesmos na especialidade poderia ser agendada para a próxima reunião da CTSS, o que mereceu a anuência de todos os presentes.

O Senhor Presidente deu nota que, no seguimento da desistência do Senhor Professor António Fernando Correia de Campos da candidatura à Presidência do Conselho Económico e Social (CES), seria agendada nova audição, em conjunto com a CEIOPH, com os próximos candidatos.

No que se refere à próxima reunião da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, o Senhor Presidente indicou que a mesma estava agendada para 11 de março e que teria a seguinte ordem do dia:

1. Apreciação e aprovação de Relatórios elaborados pelos Serviços da Assembleia da República:

a) Relatório de progresso sobre a aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação referente à 4.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura (15 de setembro de 2018 a 24 de outubro de 2019); e

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

b) Relatório sobre as leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas referente ao período compreendido entre a IX Legislatura e o final da 4.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura (5 de abril de 2002 a 24 de outubro de 2019).

2. Outros Assuntos.

Em seguida, assinalou que terá lugar, no dia 2 de abril, a audição parlamentar pública sobre o programa de trabalho da Comissão Europeia para 2020 no Salão Nobre da Assembleia da República.

No que se refere ao Grupo de Trabalho — Direitos das Pessoas com Deficiência, o Senhor Presidente informou que se encontrava em falta a indicação, por parte do GP do PSD, dos membros que deverão constar do mesmo e solicitou que este GP fizesse chegar aos serviços tal indicação.

Relativamente à reunião da CTSS da semana seguinte, o Senhor Presidente sugeriu que fosse realizada a audição da Ordem dos Psicólogos e da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), às 10h00 e às 11h00 respetivamente, seguindo-se a reunião ordinária da CTSS às 12h00. Referiu ainda que a audição da COPS — Companhia Operacional de Segurança, em virtude da comunicação por parte desta entidade no sentido de que apenas terá disponibilidade a partir de 20 de março, teria como data indicativa a reunião da CTSS de 25 de março.

A reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 março 2020.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Rogério



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 17/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros
Catarina Marcelino
Clara Marques Mendes
Cristina Sousa
Diana Ferreira
Eduardo Barroco de Melo
Emília Cerqueira
Fernando José
Helga Correia
Isabel Pires
João Paulo Pedrosa
João Pinho de Almeida
José Moura Soeiro
Lina Lopes
Luís Soares
Marina Gonçalves
Marta Freitas
Ofélia Ramos
Pedro Rodrigues
Pedro Roque
Rita Borges Madeira
Tiago Barbosa Ribeiro
Carla Madureira
Cristina Moreira
Eduardo Teixeira
Firmino Marques
Mara Coelho
Maria Germana Rocha
Olga Silvestre
Sandra Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Sousa Real